

A PRÁTICA AVALIATIVA PARA ALÉM DA VENDA DA *PERFORMANCE*

Dilva Bertoldi Benvenuti¹

Maria Simone Vione Schwengber²

Resumo

Pensar sobre o processo de avaliação sempre é complexo. O trabalho objetiva discutir a avaliação do Ensino Básico até a Universidade para além de um instrumento de venda da *performance*. Operamos a partir da ideia da avaliação como instrumento escolar que representa o exercício de poder, principalmente quando se trata de perceber no contexto educacional um currículo organizado a partir do olhar da seleção, promoção e poder. Discutimos o quanto nesse contexto, muitas vezes, o professor implicado na manifestação avaliativa, está absorvido por conflitos que estas práticas representam. A análise do conteúdo é bibliográfica e faz referência a um tema complexo e importante de ser discutido no contexto educacional. O Sistema Nacional de Avaliação contempla exames em forma de testes padronizados a serem aplicados aos alunos da Educação Básica até a Universidade, exames homogêneos sem possibilidade de considerar a heterogeneidade dos sujeitos avaliados. O estado de consciência de si talvez seja uma boa alternativa, ampliando nosso olhar, nos despidendo da ideia de verdade, entendendo que o poder trabalha com jogos de verdades e de linguagem e que o sistema de produção nos leva a transformar e manipular coisas e sujeitos. Libertar-se internamente do que está aprisionado e impregnado pela nossa própria formação, faz-se urgente e necessário.

Palavras chave: Aprendizagem. Avaliação. Aprendizagem. Discurso. Poder. Seleção.

1 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL: UMA BREVE LOCALIZAÇÃO

Partimos do pressuposto que a Educação é uma prática social que visa à promoção do ser humano, isto é, que deva favorecer sua capacidade de compreensão e intervenção no mundo.

A escolha por “problematizar” o processo de avaliação na contemporaneidade vem do entendimento que vivemos uma situação especial nesse momento. Uma situação de transição que apresenta contornos e exigências especiais, entendendo de que direta ou indiretamente o ser humano é avaliado constantemente. Acredita-se que a avaliação surgiu com o próprio homem, e faz-se necessário não a entendermos como apenas sendo necessidade do contexto escolar, mas importante para a vida.

O processo de avaliação é uma atividade que faz parte do pensar, não se restringindo somente ao espaço escolar, pois esta engloba a vida diária do ser humano. “Avaliação é um processo contínuo e inevitável que consciente ou inconsciente, começa quando acordamos” (SBERT E SBERT IN BELLESTER, 2003, p.67); é algo ligado a opções, escolhas, decisões e encaminhamentos.

As reflexões sobre avaliação partem do princípio de que se faz necessário atuar tomando consciência da necessidade de reinventar a prática tornando-a significativa, coletiva e ética, enfrentando a ideia da discriminação, exclusão, desigualdade e ignorância.

¹ Professora da UNOESC São Miguel do Oeste e Doutoranda em Educação nas Ciências (UNUJUI/RS).

² Professora do curso de Doutorado em Educação nas Ciências (UNIJUI/RS), Doutora em Educação (UFRGS/RS).

O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem tem sido um dos temas mais discutidos no contexto educacional brasileiro, que por apresentar resultados e experiências incompatíveis com o desejado, tem desvelado questionamentos, angústias e reclamações por parte dos atores envolvidos no processo educacional. Essa problemática se manifesta a partir dos diferentes sistemas de avaliação, implementados em nosso país como: ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio), ENADE (Exame Nacional do Ensino Superior), Prova Brasil, Olimpíadas de Matemática, Olimpíadas de Português, SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), etc.

O Sistema Nacional de Avaliação contempla exames em forma de testes padronizados a serem aplicados aos alunos da Educação Básica até a Universidade, exames homogêneos sem possibilidade de considerar a heterogeneidade dos sujeitos avaliados.

Esse sistema de verificação, comparação e seleção, pensado e organizado em nível de país, é aplicado a todos os alunos, afetando diretamente o contexto da educação básica. Assim, se por um lado é necessário reduzir o índice de reprovação a todo o custo, por outro lado, a educação precisa preparar cidadãos que deem conta das avaliações institucionalizadas já que estas terão o poder de emitir um conceito, e este definirá por sua vez a qualidade da escola.

Esse resultado é quantitativo e os rankings não são apresentados de forma responsável e comprometidos, mas, sim utilizados por algumas escolas como forma de marketing econômico e interesseiro. Então, pessoas sem preparação ou até mesmo artistas famosos aparecem em outdoors, faixas e mídia desviando o verdadeiro sentido do que realmente significa qualidade de aprendizagem. O desvio focaliza o resultado de exames que muitas vezes só foram realizados em algumas disciplinas e seus resultados nem foram analisados de acordo com os objetivos do processo avaliativo nacional. Os rankings não se baseiam em processo de avaliação da aprendizagem, em crescimento individual e nem respeitam as diferenças culturais e socioeconômicas. Com a ilusão de “ser a melhor”, a escola interrompe os objetivos da proposta pedagógica, com a inclusão de “treinamento” para as devidas avaliações. O centro do processo pedagógico passa a ser preparar os alunos para os exames.

Esse sistema seletivo contemporâneo impulsiona a competição, e em algumas situações até desmoraliza alguma escola pública, que se sentindo prejudicada acaba revertendo suas estratégias e desviando seu projeto de ação. Cabe saber para quê e para quem estamos formando. Nesta corda bamba entra o professor que não sabe a qual senhor deve servir: aos resultados, às performances ou ao processo?

Entre os interesses e necessidades nacionais de “medir” o conhecimento, estamos nós, professores, alunos, pais e realidade escolar. Como a escola poderia articular os interesses e as necessidades sem perder o foco da qualidade educacional? Conhecer o processo que articula, organiza e encaminha estas avaliações poderia ser um primeiro passo.

A partir desta realidade poderíamos nos perguntar: Como se articula a avaliação (ensino, da educação) e a força de vendas?

Nesse contexto cabe ressaltar a importância da preparação do professor que, proveniente de uma formação fragmentada, memorizada, possui uma vivência de práticas avaliativas seletivas e excludentes, e necessita agora fazer o diferente.

A educação brasileira frente aos desafios da aceleração faz “ensino” a qualquer preço. E as avaliações externas são utilizadas para medirem a quantidade de informações que estes alunos dominam e se referem ao currículo nacional e não para refletir sobre conhecimentos que possivelmente estejam fazendo a grande diferença na vida diária deste aluno. A escola precisa dar conta a qualquer custo, pois o resultado será o cartão de visita desta Instituição.

Entendendo de que de alguma forma a escola precisa ser instigada a melhorar e a refletir sobre seus resultados, imobilizando a rotina e a acomodação, resta saber como este espaço, através de seus professores, gestores, coordenadores pedagógicos, alunos e pais, poderia ser instigado a refletir sobre os resultados da avaliação.

Faz-se necessário pensar a partir da organização e resultados das avaliações externas, organização de conceitos, planejamento e avaliação postos a mostra e analisados a partir de uma perspectiva de qualificar o processo, sem correr o risco de desviar os objetivos quanto à construção deste sujeito crítico, predisposto a promover a transformação e preparado para enfrentar os desafios de seu mundo.

Entender a composição e os interesses das avaliações externas é o primeiro passo. Saber diferenciar e agregar os diferentes conceitos que mesclam o interesse de um país e a necessidade de nossos alunos pode ser um bom encaminhamento. Se essas vieram para ficar, o jeito é entender como a partir destes resultados caminharíamos sem perder o foco e a significação de nosso contexto escolar, sua realidade, curiosidades e interesses.

Diante dessas problemáticas a escola se curva às exigências do próprio sistema e passa a dispor de novos discursos e novas práticas. Como nos diz Pereira (2011, p. 97), “não é o homem que pensa a linguagem, é a linguagem que pensa o homem, é ela que diz o sujeito”. Isso manifesta a importância da linguagem da venda, do desempenho de marketing o que ela pode determinar ou representar.

A prova aplicada é uma forma de exame que combina seus instrumentos, de forma hierárquica, que vigia e que atribui premiação a quem participa, um *ranking*, uma seleção, competição e uma *performance de marketing*, totalmente baseados em ideias neoliberais. Esta forma de controle e punição pode ser explicada por Foucault(1994, p. 148-149): “O exame é um controle normatizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É uma amostra do poder como estabelecimento de uma verdade.”

Nessa direção torna-se necessário identificar o processo avaliativo como meio de controle educacional nos diferentes tempos, de diferentes formas e manifestando diversas consequências.

Esse processo tem sido transformado “em monstro”, que graças a organização escolar a utiliza como arma para manter a disciplina e a organização em sala de aula. Com esse mesmo olhar recebemos as avaliações externas que de alguma forma também avaliam o desempenho do educador que até o momento não se sentia parte desse mesmo processo.

Mas como a escola tem passado, tem vivido os diferentes momentos e conceitos propostos para este processo de avaliar?

Na década de 1930, Tyler entendia a avaliação educacional como descobrir o que os estudantes aprenderam na escola e quais deles estão encontrando dificuldades de aprendizagem. Seu estudo e análise, junto com Smith, apontaram:

(...) vários procedimentos de avaliação, tais como inventário, escalas, listas de registros de comportamentos, questionários para coletar informações referentes ao desempenho dos alunos, durante o processo educacional, tendo em vista os objetivos curriculares, cuja concepção reflete-se até hoje nos trabalhos desenvolvidos na área da avaliação (SOUSA, 1993, p.28).

Representados desta forma:

Avaliações sempre implicam julgamentos de melhor ou pior (...) Uma medida nos diz o quanto de uma determinada característica um indivíduo possui. Se, então dissemos, baseados nesta medida 'excelente', 'satisfatório' ou 'terrível' foi feita uma avaliação (...) esta processa-se tendo em vista objetivos específicos (EBEL *apud* SOUSA, 1993, p.30).

Seguindo essa linha de pensamento: "Avaliar significa emitir um julgamento de valor ou mérito, examinar os resultados educacionais para saber se preenchem um conjunto particular de objetivos educacionais" (AUSUBEL, et al. *Apud* SOUSA, 1993, p.30). Todos precisam dar conta dos objetivos propostos, de preferência da mesma forma e no mesmo tempo preestabelecido pelo sistema avaliativo, caso contrário não está preparado para avançar, podendo ser reprovado.

A partir da década de 1990, surge a ideia da negociação e de mediação como processo de avaliação. Muitos discursos inovadores, novas pesquisas, estudos, escritos e a continuidade de práticas arcaicas e assustadoras. Os encaminhamentos pedagógicos apontam a escola e o professor como o problema e possível solução. Novas discussões e preocupações, elaboração de instrumentos diversos, mudança de representação numérica para conceituação, relatos descritivos e portfólios. Muitas dúvidas quanto à aprovação e reprovação, exclusão e evasão, transformando a avaliação num dos temas mais polêmicos da área educacional.

A corrente avaliativa vivenciada pelas escolas neste momento, não foge ao que sempre foi seu objetivo- reorganizar e manter o sistema econômico, atendendo aos interesses do mercado mundial. Como posicionar-se diante disso?

O sistema de Avaliação Nacional, em suas diferentes *performances*, veio para ficar e precisa ser conhecido, revisado e estudado. Dessa forma não estaremos nadando contra a corrente, mas sim compreendendo como estes instrumentos poderiam nos ajudar a qualificar os espaços educacionais e emancipar os sujeitos, sem entendê-los como inimigos ou concorrentes deste processo de ensinar.

Nessa direção, a avaliação educacional considerada necessária, diária e que inclui nosso olhar atencioso, permanente e envolvido, deve ser nossa bússola, pois só assim conseguiremos traçar estratégias e encaminhamentos para que todos os envolvidos possam aprender e se desenvolver.

2 REFLEXÕES REFERENTES À AVALIAÇÃO: DISCURSO, PODER E PRÁTICA

O conceito de poder se encontra permeado nas obras de Foucault. Mesmo não sendo esse o conceito central de seus estudos, Foucault assume o conceito de poder diferente do conceito tradicional que se percebe como realidade única, estática e soberana.

O poder controla, direciona, seleciona e classifica o processo avaliativo agindo em forma de “vai e vem”, sem ser notado, tornando-nos seres dóceis, obedientes, e produtivos. O poder não está localizado em algum lugar definido:

O poder, isso não existe. Eu quero dizer isso: a ideia que há um lugar qualquer, ou emanando de um ponto qualquer, algo que é um poder, (Tal ideia) parece-me descansar sobre uma análise falsificada, e que, em todo o caso, não se dar conta de um número considerável de fenômenos (FOUCAULT,2001,p.302).

Segundo o autor, o poder não possui domicílio próprio; é dinâmico e é algo “enigmático, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e escondido, investido por toda a parte” (FOUCAULT, 2001, p.1180). Ele não está escondido em algum lugar qualquer. O poder se vivencia e se exerce.

Que poder o professor tem nas mãos no momento de avaliar? Quem é responsável por este ato? Qual o controle manifesto nesta ação? Não nascemos com a consciência do poder que temos, e a liberdade pode nos propiciar a pensar e agir de diferentes formas. Segundo Foucault (2001), a liberdade é uma arma de proteção. Só somos atingidos se o permitirmos. Então, se crescemos com a falsa ideia de poder, é porque os sujeitos desconhecem o potencial de sua liberdade. Nossa sociedade organizada em forma de pirâmide nos fez acreditar que os do topo comandam os sujeitos que estão na base. Tomar consciência do valor de sua própria liberdade é fundamental para dialogar sobre a problemática da avaliação.

A liberdade de sabermos que somos livres para pensar e que devemos muitas respostas aos alunos, pais e a nós mesmos, é imprescindível. Servir a dois senhores acredita-se ser complicado; ou avaliamos para promover e para emancipar ou para dar conta dos objetivos institucionalizados que roubam nossa liberdade de educar. Vivenciamos diariamente relações de poder, pois estas estão implicadas nas relações humanas, porém não ocorridas de forma estática. Sobre as relações de poder Foucault afirma:

Quando fala-se de poder, as pessoas pensam imediatamente a uma estrutura política, um governo, uma classe social dominante, o mestre frente ao escravo, etc. Isto não é de nenhum modo aquilo que eu penso quando falo de relações de poder. Eu quero dizer que, nas relações humanas, qualquer que sejam – que trate de comunicar verbalmente, como fazemo-lo agora, ou que trata-se de relações amorosas, institucionais ou econômicas -, o poder continua presente; eu quero dizer a relação na qual um quer tentar dirigir a conduta do outro. Estas são, por conseguinte, relações que pode-se encontrar em diversos níveis, sob diferentes formas; estas relações de poder são relações móveis, ou seja elas podem alterar-se, elas não são dadas de uma vez para sempre.(FOUCAULT,2001, p. 1538).

O autor entende relações de poder como toda relação que compromete o ser humano. Por essa linha de pensamento, quando elaboramos nossos planos de aula e definimos objetivos, atividades, conteúdos e dinâmica de avaliação, estamos induzindo a construção de um tipo de

sujeito. E desta mesma forma também fomos educados tanto no ambiente familiar quanto educacional. Segundo o autor, a ideia de poder como opressão e manipulação dos indivíduos deve ser eliminada. Para que isso possa ocorrer, faz-se necessário que os sujeitos tomem consciência de sua capacidade de liberdade.

Diante dessa discussão acreditamos que ao nos referir ao processo de avaliação ainda temos internalizado o conceito de poder, de controle e de subordinação a partir da perspectiva do sistema escravista, onde o servo não era considerado como ser humano. A partir de Foucault percebemos que o poder ocorre nas relações entre indivíduos.

Não trabalhando com a ideia de certo e errado, constata-se que o medo de assumir resultados complexos faz com que muitos profissionais se defendam a partir de discursos glamorosos e determinem a alguém a responsabilidade pelos resultados manifestados a partir de suas próprias ações.

As palavras nem sempre representam uma verdade e uma mudança de postura no que diz respeito à própria prática. Segundo Araújo (2001, p.79), a linguagem não serve para representara realidade, pois “Quando a linguagem aparece no horizonte do nosso saber, apaga-se o ser homem pensado e falado por meio de estruturas, regras, relações de significados, produções de sentido”. Isso desmonta a ideia de que os discursos feitos pelos professores representem a realidade. As ações e atitudes podem representar mudança de linguagem internalizada, modificada e transformada.

A partir de Foucault (2012) a etimologia da palavra poder vem do latim vulgar *potere*, substituído no latim clássico por *posse*, que vem a ser a contração de *potisese*, “ser capaz”; “autoridade”. Dessa forma, na prática, a etimologia da palavra poder torna sempre ação que exprime força, persuasão, controle, regulação, produção. O poder evoca a ideia de força, capacidade de governar e de se fazer obedecer. Foucault define o poder enquanto ação, sobre outra ação possível. Ele se estabelece entre uma relação entre indivíduos; uma relação em relação à outra ação. Logo, uma relação de poder não é uma ação sobre coisas. Nessa direção, a produção do discurso vivido é selecionada, pensada e controlada de forma que “tem por função conjurar seus poderes perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2012, p.8-9). Desta forma entende-se o porquê dos discursos bem elaborados e definidos por parte dos envolvidos no sistema educacional brasileiro, no caso específico da avaliação.

A prática avaliativa além de ser uma forma de controle que passa a legitimar o sistema dominante, garante ao professor o poder de atribuir nota e definir quem são os alunos que prosseguem e os que ficam a partir da prática de aprovação e reprovação. Diante disso, como garantir o poder, a disciplina e o domínio do saber nas mãos do professor se não existir os instrumentos de avaliação? Não existe neutralidade de ação, o que acontece é a intenção de disciplinarização das pessoas e das mentes, que mesmo sem perceberem as práticas caminham nesta direção. Basta falar aos professores sobre a não necessidade de reprovação, que já vêm à defesa quanto a ser este o único estimulador da dedicação dos alunos no contexto da sala de aula. As expressões denunciam e demonstram o interesse deste poder implicados no próprio discurso do educador, que conforme Foucault (2012), ele é o próprio discurso.

Diante dessa problemática cabe ressaltar as ideias do pensador francês que diz: “existem momentos na vida onde a questão de saber se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir” (FOUCAULT, 1984, p.13).

Tem-se percebido no contexto da sala de aula e no processo de formação de professores a necessidade e o interesse de que sejam ensinadas novas técnicas de avaliação, acompanhada de modelos e instrumentos que apresentem indicativos mais próximos do desejado. A angústia do professor é compreendida quando se tem claro de que esse processo não depende somente deste mesmo professor. Avaliação é algo mais ampla e que tem sido pensada mais como uma teia de controle do que como forma de melhorar o processo de ensino aprendizagem.

É preciso esclarecer também de que possíveis mudanças de práticas passam primeiramente pela mudança do pensamento. Mudar paradigmas arraigados e que se manifestaram no decorrer da sua formação, não é algo simples e resolvível em curto prazo. Nem me sinto no direito de afirmar que para isso existam soluções locais, mas vale a pena pensar sobre estes problemas que nos intrigam como afirmar que:

Eu agia como um boto que salta na superfície da água só deixando um vestígio provisório de espuma e que deixem que acreditem faz acreditar ou acredita efetivamente que lá em baixo, onde não é percebido ou controlado por ninguém, segue uma trajetória profunda, coerente e refletida. (FOUCAULT, 1979, p.168)

As ideias discutidas são provisórias, e as marcas deixadas pelas afirmações devem servir de alicerce para novas reflexões. Como nos afirma o autor “deixando um vestígio de espuma”, assim o educador implicado no processo de ensinar, refletir e aprender na caminhada se faz necessário e imprescindível.

Tudo o que parece óbvio e que vem sendo repetido referente à avaliação, merece nossa atenção e nosso olhar desde que seja instigador e duvide de verdades e discursos já legalizados neste contexto escolar. Vale ressaltar que o único sujeito do processo que está sendo avaliado é o aluno. Viajar com o pensamento e com os pés na realidade faz-se urgente e necessário, pois “o poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2005, p.48).

Na sociedade moderna reduzem-se o percentual de reprovados, mas aumenta-se o acompanhamento e a vigia. O diretor, o professor, o coordenador pedagógico, o psicólogo e os pais, todos “cuidando do aluno”. Basta verificar a organização da escola, toda estruturada, organizada, cronometrada e até a hora do lanche orientada. Espaços ocupados, vigiados, registros e sem espaços livres. Afinal, a sociedade é perigosa, mas na escola todos ficam tranquilos, e a qualquer sinal de indisciplina alguém entra em ação. A concepção da falta de limites é discurso instituído no interior da escola, como se os adultos não sofressem deste mal.

A vida escolar é controlada, o saber é instituído, os corpos são enquadrados, os espaços são ocupados, a competição é o princípio articulador, o erro não pode acontecer e a perfeição entra em ação no contexto das salas de aula. Só o professor sabe e comanda o espetáculo e a ele devemos reverência. Mas este mesmo professor é fruto de um sistema que também o instituiu e o reproduziu desta forma. E então os papéis se invertem e sem perceber se reproduzem, sem reflexão com o mesmo jeito de ensinar e avaliar.

A avaliação pode ser representada como poder no contexto da sala de aula, quando o professor é o senhor da razão. Isso fica claro quando o professor: ignora ou não respeita ideias diferentes, não aceita o erro como possibilidade, ignora ritmos próprios, desvia problemas de aprendizagem, aprova ou reprova sem responsabilidade, tornando-se um sujeito não implicado no processo de construção do conhecimento.

O sistema de dar notas surgiu com os jesuítas, que foram os primeiros e que também conseguiram estimular a competição. Como afirma Foucault, “a forma pedagógica instituída pelos Jesuítas simbolizava a guerra e a rivalidade” (1995, p. 149). Ressalta-se que neste método os alunos deveriam sentar-se nas salas de aula de acordo com seu mérito, sua nota e seu progresso.

O poder demonstrado a partir do castigo do corpo é algo que historicamente não se supera, inicia-se com a obediência. Os desobedientes eram punidos com: ajoelhar-se sobre os grãos de milho, suportar durante horas a barriga cheia de água, ficar sem Educação Física ou sem recreio, cheirar parede, receber golpes de régua nos dedos, a colocação de orelhas de burro, receber puxão de orelha e de cabelo. E outros castigos não tão visíveis como ignorar o aluno, olhar fixo deixando a criança sem palavras, cantinho do pensamento, etc.

Segundo Foucault (1995, p.183), estes castigos foram se propagando em diversas instituições como hospitais, quartéis, escolas, internatos e mais tarde nas fábricas. A ideia era de que a alma precisa ser castigada.

Por castigo deve-se entender tudo o que é capaz de fazer com que as crianças percebam que fizeram alguma coisa errada, tudo o que é capaz de humilhá-la, de provocar uma confusão (...), certa frieza, certa indiferença, uma pergunta, uma humilhação, uma destituição de posto. (FOUCAULT, 1995, p.183).

A organização escolar supera a ideia dos castigos físicos entendendo de que a pressão psicológica não é algo que pode ser provado e percebido. E normaliza-se defendendo a ideia do respeito às diferenças, desde que não se distancie das normas comuns. Não é por acaso que a Bandeira do Brasil, criada em 1980 pelos positivistas, traz como lema Ordem e Progresso. Tudo em nome do controle, da ordem, da obediência, da regra posta e da harmonia.

Os eventos diários da escola demonstram esse controle e poder, basta analisar algumas atitudes ocorridas no contexto da sala de aula como, por exemplo: Cantinho do pensamento (como se pensar fosse terrível e assustador); Cheirar parede (ficar de costas para os colegas para pensar sobre suas atitudes, e posteriormente olhar nos olhos dos mesmos e dizer: eu falhei, errei, desobedei); Ficar sem recreio ou da aula de educação física, como intuito de tirar o que o aluno realmente gosta; Baixar a nota, como castigo pelo mau comportamento, pelas falhas em suas atitudes; Ao responder para o professor, conversar demais, não fazer seus temas se chamar os pais para o acerto de contas; A realização do Conselho de classe, onde o aluno é analisado a partir de seus comportamentos, (coitado de quem for “ruim”, todos os professores precisam falar alguma coisa sobre ele); Assinar o livro negro, levar bilhete ou a prova com nota baixa para os pais assinarem. É a vigilância hierárquica, é a ordem para normalização.

É o poder levado a efeito. Muitas vezes esvaziando o verdadeiro sentido da educação, onde a avaliação e a rotina da escola não percebem o sujeito que aprende no processo. É um

poder que pune e recompensa. O objetivo é construir seres dóceis, obedientes e que tenham corpos úteis.

Mas essa engrenagem não se manifesta somente aos alunos, mas sim ao professor, a direção e a todos os envolvidos. Como nos diz Eizirik (2005, p.74) “O poder se exerce como uma força que afeta outras forças com as quais está em relação. Produz efeitos”. Sendo complementado por Deleuze (1988, p.43): “O poder é força, e relação de força, e não forma”.

É como se fosse uma maquinaria de afetação de forças, que Foucault chamou de dispositivo. As falas pretendem apresentar verdades que precisam ser questionadas, pois a problemática da avaliação está implicada em normas de poder, da norma do discurso, da disciplina e da institucionalização. Coisas complexas não podem ser simplificadas e sim questionadas.

3 APONTAMENTOS FINAIS

Vivemos momentos de turbulências de ideias, de posturas, de programas e projetos e de práticas diversificadas. Sociedade, professores e comunidade, muito insatisfeitos, uns atribuindo a culpa a outros no que diz respeito ao processo de avaliação. De um lado ideias inovadoras, de outro, práticas arcaicas e desestimuladoras. Cabe questionar onde está a coerência de continuar a discursar de uma forma e agir de outra totalmente diferente.

A prática avaliativa entendemos que deve ir muito além da venda da *performance*. A avaliação é pensada e executada por homens e mulheres que constroem a trajetória histórica da avaliação. Faz-se necessário, enquanto educadores, percebermos este processo além da sala de aula, com suas intenções e proposições, com seus interesses e encaminhamentos e principalmente quais são seus objetivos, diante destes resultados.

É preciso pensar sobre o significado de nos declararmos humanos e a responsabilidade que isso nos atribui quando lidamos com outros seres que também se consideram iguais a nós, mas que muitas vezes são tratados como “inumanos”. Logo, afirma Derrida (2011, p. 29), “que é possível imaginar que o homem é um ser animal que se vestiu de identidade humana para se tornar príncipe de si mesmo e com seu poder dominador e discursivo, dominar aquele que considerando dessa identidade vazia”.

O não humano que se considera humano assume uma sala de aula, na figura do professor, que aparece simbolicamente por ser perfeito, que passa despercebido aos olhos do soberano príncipe do estado educacional e seleciona, classifica e exclui como se fosse o único humano. Porque esse se incorporou como ser soberano, se achando dono de si. Pensando com Foucault, o educador precisa construir a si mesmo, para que possa educar, isto é, preparar-se para o outro para que possa se melhorar a si mesmo.

Cabe ressaltar que a problemática da avaliação como exercício de poder não se resume à escola, ao contexto da sala de aula e ao professor. Esses são apenas peças importantes dessa engrenagem organizada por um sistema silencioso de manipulação coletiva dos seres humanos que alimentam a sociedade capitalista. A ordem, o silêncio, a seleção e a reprodução de saberes universalmente pensados, institucionalizados e selecionados tornam imprescindível para

manutenção deste sistema. Sistema que na prática nega as diferenças, (em) forma os sujeitos, desejando que todos andem pela mesma direção, no mesmo momento e do mesmo jeito.

O estado de consciência de si talvez seja uma boa alternativa, ampliando nosso olhar, nos despidendo da ideia de verdade, entendendo que o poder trabalha com jogos de verdades e de linguagem e que o sistema de produção nos leva a transformar e manipular coisas e sujeitos. Libertar-se internamente do que está aprisionado e impregnado pela nossa própria formação, faz-se urgente e necessário.

O ser humano está em constante transformação, evoluindo em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor deve estar atento a cada sujeito, a cada novo passo, reconhecendo individualmente seu potencial de crescimento, desenvolvimento e aprendizagem. Poderíamos chamar de ação urgente a necessidade de “reformular o pensamento e as Instituições” (Morin, 2001, p.10), mudar nossos posicionamentos, negar nossos mitos e nossas certezas implicadas pelas experiências já vividas.

Sob o olhar e a produção de Foucault, aqui utilizada para refletir o processo de avaliação, e a partir do conceito de relações de poder, permito-me pensar e a duvidar dos meus próprios pensamentos, tomando-os como antídotos contra as posturas dogmáticas e consideradas verdadeiras, detectando a possibilidade de outros caminhos e de outras reflexões. Afinal, como nos diz Aristóteles (1973), “Todos os homens têm, por natureza, o desejo de conhecer”.

Colocamo-nos a caminho, para repensar durante o caminhar os processos educacionais da avaliação contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do Sujeito**. In; FRAGMENTA. Curitiba, PR; Editora UFPR, 2001.

BELLESTER, Margarita et al. **Avaliação como apoio a aprendizagem**: Tradução Valério Campos – Porto Alegre: Artmed, 2003

DUSSEL, Inês. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar**. CARUSO, Marcelo. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

DELEUSE, **Gilles.Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. Editora: Perspectiva, 2011.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Michel Foucault: um pensador do presente**. 2. Ed. revisada e ampliada – ed. UNIJUI, 2005

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional**. In: SOUSA, Clarilza Prado de(org). Avaliação do rendimento escolar. 2 ed. Campinas, Papirus, 1993.

FOUCAULT, Michel (1984b) **O cuidado com a verdade**. Ewald, François – Entrevista com M. Foucault, Le Magazin. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). *Michel Foucault (1926- 1984) - o Dossier - últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Livraria Taurus Editora.

_____. **O Sujeito e o Poder**. In: DREYFUS, Hubert; RABNOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Portocarrero. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 1995.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A Ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **“L’herméneutique du sujet cours ou Collège de France”**. 1974 – 1975. Édition publiéesurladirection de François Ewald e autres. Paris, Gallimard, 2001.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

LAGASNERIE, Geoffroy de. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo, três estrelas.

MORIN, Edgar. **A Cabeça bem feita: repensar e reformar, reformar o pensamento**. 5 edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUSA, Sandra ZákiaLean de. **Revisando a Teoria da Avaliação da Aprendizagem**. In; SOUZA, Clarilza Prado de(org). **Avaliação do rendimento escolar**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1993.

